

## LITERATURA NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES

### LITERATURE IN THE HIGH SCHOOL CURRICULUM: REFLECTIONS AND POSSIBILITIES

DOI: 10.18616/lendu.v9i1.9242

Mayara Cordeiro da Silva<sup>1</sup>  
mayaracordeiro4@gmail.com

#### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir e discutir acerca da presença e do ensino da literatura no currículo escolar do Ensino Médio. A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico-documental, pois a pesquisa foi realizada a partir de discussões teóricas sobre a temática e análise dos documentos oficiais que subsidiam o currículo do EM historicamente, como os Parâmetros curriculares nacionais (PCN) e atualmente, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os resultados mostram que, historicamente, o ensino da literatura teve várias abordagens na educação básica, contudo, com o passar dos anos e evolução dos estudos nas áreas de Letras e Educação, essas abordagens evoluíram para uma visão da literatura enquanto elemento estético e artístico, extrapolando o caráter utilitário nas aulas de português de outrora. Atualmente, apesar da Literatura não se constituir como componente curricular específico na BNCC, o texto literário tem uma grande relevância na escolarização, desde a educação infantil, integrando-se como um dos pilares do processo de letramento e do desenvolvimento do conhecimento linguístico pelos alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura, Ensino médio, Currículo.

#### ABSTRACT

This work aims to reflect and discuss the presence and teaching of literature in the high school curriculum. The methodology used was bibliographic-documentary in nature, as the research was conducted based on theoretical discussions on the subject and analysis of official documents that historically support the high school curriculum, such as the National Curriculum Parameters (PCN) and currently, the National Common Curricular Base (BNCC). The results show that, historically, the teaching of literature has had various approaches in basic education. However, over the years and with the evolution of studies in the fields of Literature and Education, these approaches have evolved towards a view of literature as an aesthetic and artistic element, surpassing the utilitarian character of Portuguese classes of the past. Currently, although Literature is not a specific curricular component in the BNCC, literary texts hold great relevance in schooling, from early childhood education, integrating as one of the pillars of the literacy process and the development of students' linguistic knowledge.

**KEYWORDS:** Literature, High School, Curriculum

---

<sup>1</sup> Doutora em Língua Portuguesa (UFAL), Mestre em Educação (UFAL), Pedagoga (UFAL) e Licenciada em Letras/Português (UNINTER). Pesquisadora na área de Ensino de Língua Portuguesa e formação de professores. Atua como técnica pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Maceió.

## 1 INTRODUÇÃO

A literatura sempre permeou o ambiente escolar, contudo, é com o surgimento e a expansão de obras voltadas para o público infantil, em meados do século, que ela se torna objeto de discussão acadêmica e pedagógica sobre qual lugar está reservado ao texto literário na escola.

A partir da segunda metade do século XIX, tanto a definição de literatura quanto as formas de ensinar e aprender passaram por transformações. Nesse percurso, diversas correntes teóricas se desenvolveram: algumas voltadas para a recepção, colocando o leitor como foco de análise; outras fundamentadas em abordagens psicolinguísticas, com ênfase no progresso da linguagem; e ainda aquelas que se orientaram por estudos cognitivistas, investigando os processos e mecanismos pelos quais o leitor atribui significado ao texto escrito (Colomer, 2007).

Como área de conhecimento, a literatura tem sido analisada em relação às práticas de leitura no ambiente escolar e ao estímulo do apreço estético entre os estudantes. Barthes (1999, p. 21) destacou que “qualquer disciplina pode desaparecer, exceto a literatura, pois ela lida com as emoções e sentimentos humanos”. No entanto, essa visão ainda se distancia bastante da realidade presente nas instituições de ensino.

Visto isso, o presente trabalho de pesquisa pretende, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, analisar como a Literatura se faz presente no ensino escolar, a partir de referencial teórico especializado e estudo de documentos oficiais que fundamentam o Ensino Médio e o ensino da Literatura.

## 2 A LITERATURA NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO

Ao longo do tempo, diferentes abordagens teóricas marcaram o ensino da literatura. Houve momentos em que o texto literário ocupava lugar central nas salas de aula, servindo de base para todo o conteúdo trabalhado; posteriormente, verificou-se uma redução dessa presença, limitada a fragmentos inseridos nos livros didáticos; e, mais recentemente, as aulas passaram a ser direcionadas pelos programas exigidos nos vestibulares.

No Brasil, a preocupação com o ensino da Literatura teve uma maior visibilidade a partir dos anos 80, quando após o fim da ditadura militar, tomou-se conhecimento da “crise na

educação” ou “crise da leitura”, com milhões de analfabetos funcionais após décadas de “ensino tradicional”. Logo, começou-se a pensar alternativas na forma de programas governamentais para superação dessas crises e promoção de uma educação democrática, adequada à sociedade democrática que se intencionava (Mortatti, 2014).

As relações entre a educação e a literatura tornaram-se tema de discussão e objeto de pesquisa de vários estudos das áreas de Estudos literários e da Educação, que buscavam compreender de forma crítica onde residia o problema. Os questionamentos passavam pelo modo como o texto literário era utilizado nas salas de aula, comumente como um ‘pretexto’ (Lajolo, 1979), ou seja, um meio para o ensino da gramática e da ortografia, e pela metodologia de ensino, baseada no “ensino da história literária, por meio das escolas literárias, autores e obras canônicos no segundo grau (Mortatti, 2014, p. 25)”. Ainda segundo a autora:

Naquele momento histórico, as discussões se referiam: à disciplina Literatura (Brasileira e/ou Portuguesa), que constava do currículo do ensino de 2º Grau; ou à matéria “literatura”, que integrava a disciplina Língua Portuguesa do currículo de 5ª a 8ª séries do ensino de 1º Grau. Nessa matéria se estudavam, por meio do livro didático, aspectos de análise literária e (fragmentos de) textos de autores consagrados da literatura brasileira ou se estudavam livros de coleções destinadas ao público juvenil, acompanhados de “fichas de leitura”; ou, ainda, à leitura da literatura infantil nas séries iniciais (1ª a 4ª séries) do ensino de 1º grau em cujo currículo, porém, não consta(-va) matéria com denominação equivalente<sup>3</sup>, mas se estudavam (também em livros didáticos) fragmentos de textos para crianças ou se liam livros de literatura infantil, acompanhados de “fichas de leitura”. (Mortatti, 2014, p. 26)

Os pesquisadores então aventavam novos lugar e função para o texto literário na educação escolar, pautados na concepção de que, assim como a educação, a literatura é um direito humano e desempenha um papel fundamental na formação humana. Logo, de acordo com essa perspectiva:

O ensino da literatura é um momento didático-pedagógico do ensino escolar formal, intencional e organizado, que, por sua vez, integra o processo de formação (integral), com a finalidade de contribuir para o processo de emancipação humana. Assim, na expressão “ensino da literatura”, tem-se, simultaneamente, a indicação de objeto de ensino escolar e de um momento específico de ensino e aprendizagem, que integra o processo educativo e que se refere ao lugar e à contribuição da literatura para a educação, por meio do ensino. (Mortatti, 2014, p. 28).

Assim, compreende-se que, no âmbito da educação brasileira, o ensino da literatura se efetiva na “leitura do texto literário”, com o objetivo de “formar leitores de literatura”, incluindo, se possível, a escrita de textos literários. Ainda que não seja propriamente a função da escola básica formar escritores literários.

Nesse contexto, pode-se observar três sentidos, complementares entre si para o processo de educação escolar literária propiciado pelo ensino de literatura (Mortatti, 2014): a) educação *da* literatura – ou seja, aquilo que a literatura em si e por si só ensina ao leitor; b) educação *pela* literatura – isto é, a literatura como meio para a aprendizagem, pautada pela compreensão do caráter mediador do texto literário e c) educação *para* a literatura - na qual ela mesma é objeto de ensino, tendo em vista uma educação literária, tendo como ponto de vista a formação de leitores do “bom texto literário”, objetivando a formação do gosto estético desses alunos.

Visto isso, as políticas públicas voltadas para a educação e os documentos curriculares oficiais buscaram incorporar esse entendimento acerca do ensino da literatura com o objetivo de materializar essas concepções nas escolas e nos materiais didáticos utilizados nas escolas e na formação dos professores, desde os anos iniciais até o Ensino Médio (doravante EM).

No que se refere aos documentos oficiais da educação, cabe ressaltar que até a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) de 1996, o EM não fazia parte da Educação Básica e foi só a partir dela que o EM se expandiu de forma expressiva em número de matrículas, uma vez que se tornou etapa obrigatória do processo de escolarização.

A partir daí, vieram os documentos oficiais para regulamentar e fundamentar o EM. Os mais relevantes em nível federal foram: os Parâmetros Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) (2000), Orientações curriculares complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+) (2002), as Orientações Curriculares Nacionais (OCN) (2006) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC) (2017).

A respeito da presença da Literatura na escola, temos ainda o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), que orientam as obras didáticas e literárias que devem fazer parte do currículo. A literatura está presente ainda nos livros disponibilizados pelo PNBE para as salas de leitura e bibliotecas das escolas públicas em todos os níveis de ensino desde a educação infantil, proporcionando aos alunos desde os primeiros anos escolares acesso a obras de literatura.

Criado em 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) busca ampliar o acesso à cultura e estimular a leitura entre estudantes e docentes, por meio da oferta de acervos literários, de pesquisa e de referência. O programa se organiza em três frentes: a primeira consiste na seleção e distribuição de obras literárias, que incluem textos em prosa (como

romances, contos, crônicas, memórias, biografias e peças teatrais), em verso (poemas, cantigas, parlendas e adivinhas), além de livros de imagens e histórias em quadrinhos; a segunda é o PNBE Periódicos, voltado para a avaliação e disponibilização de revistas com conteúdo didático e metodológico destinadas à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio; e a terceira é o PNBE do Professor, cujo propósito é apoiar a prática pedagógica de docentes da educação básica e da Educação de Jovens e Adultos, oferecendo obras de caráter teórico e metodológico.

Em relação ao ensino de Literatura, os PCNEM tentaram dar aos conteúdos da área a mesma importância que os demais assuntos no campo das linguagens. Contudo, ainda de forma muito incipiente, uma vez que o documento foca numa perspectiva de ensino temporal, na qual a literatura é vista apenas como um patrimônio cultural a ser passado de geração para geração, conforme as competências e habilidades propostas: “Recuperar, pelo estudo do texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial” (PCNEM, p.24)

Já os PCN+, segundo documento voltado para o EM, foca no uso do livro didático como fonte principal do ensino da literatura, desconsiderando a necessidade de pesquisas e formação continuada, uma vez que o livro didático deve ser um complemento para a prática do professor e não o único apoio. Além disso, advoga uma tendência tradicional e equivocada para o trabalho com a literatura no EM, baseada na relação autor/obra/período, sem dar a devida atenção ao elemento mais importante do processo: o texto literário: “o Ensino Médio dá especial atenção à formação de leitores, inclusive das obras clássicas de nossa Literatura, do que mantenha a tradição de abordar minuciosamente todas as escolas literárias, com seus respectivos autores e estilos” (PCN+, p.68)

Nas OCN, pode-se perceber uma evolução em relação aos dois primeiros documentos, uma vez que elas partem de uma visão mais crítica da literatura e propõe uma maior autonomia para o professor, no entanto, falta embasamento para o exercício dessa autonomia. Segundo Zanon e Luquetti:

A metodologia adotada pelo discente, conforme as OCN, deve sempre pressupor uma base teórica profunda, base essa que deve ser construída na formação inicial e continuada desse profissional, caso contrário, a abordagem não tem terreno para se consolidar. (2018, p. 311)

A crítica atribuída aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), diz respeito à relevância atribuída ao estudo dos gêneros, pois ainda que não tenha sido essa a intenção original, a diversidade de gêneros e tipos, um dos critérios da avaliação oficial do PNLD, tem significado, muitas vezes, o abandono do texto literário (PAIVA, 2007, p.133). Zilberman (PAIVA, 2007, p.258) acrescenta que a literatura, nesse contexto, é miniaturizada na condição de texto. Cabe ressaltar, contudo, que mesmo que as funções pedagógicas estejam à frente das funções artísticas, a literatura não se ausentou da escola, pois está representada nos LDP adotados pelas escolas públicas.

A respeito dessa questão, o Guia do PNLD (2010) estabelece como objetivos para o ensino da língua portuguesa “a fruição estética e a apreciação crítica da produção literária associada à Língua Portuguesa, em especial a da literatura brasileira” (BRASIL, 2010, p.18). Além disso, um dos critérios observados para a aprovação dos LDP é que eles “propiciem, por meio de seleção criteriosa e respeito ao pacto ficcional, uma abordagem adequada de textos de valor artístico, favorecendo, assim, a formação do leitor literário (BRASIL, 2010, p.24).”

Mais recentemente, em 2018, foi incluído no PNLD – o PNLD Literário, por meio do qual os professores de todos os níveis de ensino podem escolher até 4 obras de literatura para um trabalho mais sistemático em sala de aula, possibilitando que haja a mesma obra disponível para todos os alunos da turma e que essas obras sejam efetivamente lidas e discutidas por todos, haja vista a relevância cultural dos livros e autores selecionados para integrar o programa.

Por fim, em 2018 foi sancionada a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, que apesar de não delimitar a Literatura como um componente curricular específico, traz o texto literário como um dos elementos de grande importância na formação integral do aluno, desde a educação infantil. No documento de caráter normativo, a importância da literatura é ressaltada logo nas 10 competências gerais da educação básica, na terceira competência: “Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural” (BRASIL, 2018, p. 220). Nota-se logo que o foco está na fruição literária e no aspecto cultural da literatura. Os alunos poderão conhecer literaturas de diversas regiões do Brasil, de outros países e de outras épocas, com vistas a ter contato com uma grande representatividade de obras e autores.

Um outro aspecto muito relevante associado à presença da literatura na BNCC é a escola como um espaço privilegiado para a formação de leitores. Esse processo é iniciado na educação infantil, utilizando a literatura infantil para desenvolver o gosto pela leitura e

estimulando a imaginação e ampliando o conhecimento de mundo das crianças mesmo antes de estarem alfabetizadas.

No Ensino Fundamental, a formação do leitor-fruidor será mais sólida, ocorrendo principalmente dentro do componente curricular Língua Portuguesa, no eixo Leitura, buscando tornar acessíveis práticas diversas de linguagem. A fruição das obras literárias deve prezar pela apreciação estética, ética, política e ideológica a partir de uma leitura crítica das obras. Objetivando uma progressão, o professor deve buscar sempre a ampliação do repertório literário dos alunos e no campo das competências socioemocionais, exercitar a empatia e o diálogo.

Já no Ensino Médio, a literatura aproxima-se mais do componente curricular Arte e das disciplinas de Linguagens, com a finalidade de consolidar a formação dos leitores-fruidores iniciada nos anos anteriores. Os adolescentes devem ser vistos como protagonistas, exercendo as funções de apreciadores, artistas, criadores e curadores literários.

Além disso, de acordo com a segunda competência específica de Linguagens e suas Tecnologias, o aluno deve ser capaz de:

Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza. (Brasil, 2018)

Logo, para desenvolver essa competência, o aluno precisa fazer relações mais complexas, analisando e compreendendo as circunstâncias sociais, históricas e ideológicas dos textos literários produzidos em diferentes épocas e contextos, incluindo a contemporaneidade e obras com temáticas atualizadas e juvenis além de HQ's, filmes, animações, games e outras produções baseadas em criações literárias.

Um outro ponto a ser destacado na BNCC no que se refere ao ensino da Literatura é a sua relação com a cultura digital e suas práticas, como a produção digital e o compartilhamento, especialmente no pós-leitura. Ações como comentar sobre leitura nas redes sociais, seguir escritores, criar comunidades para debates sobre as obras, gravar vídeos e escrever *fanfics* e resenhas em blogs são citadas e incentivadas pela Base, de forma a aproximar o universo literário do mundo virtual no qual os jovens são integrantes ativos.

### **3 DESENVOLVENDO A LEITURA POR PRAZER NO EM**

Diversos estudos apontam para a redução do espaço da literatura no ensino, em grande parte pela ausência de uma proposta pedagógica consistente. Os pesquisadores observaram que a preferência espontânea dos alunos por romances policiais e best-sellers revelava uma busca por leituras de caráter efêmero, que não atendiam às expectativas dos professores, mas evidenciavam um hábito de leitura já consolidado (Campos, 2001). Em outras palavras, os estudantes costumam ler gibis, revistas e obras voltadas ao público juvenil, porém necessitam de incentivo, especialmente da escola, para apreciar e usufruir das obras clássicas, reconhecidas socialmente por seu valor estético e literário. A escola, nesse sentido, desempenha papel fundamental ao proporcionar o contato dos alunos com esse tipo de produção e ao favorecer o desenvolvimento de um gosto estético mais refinado.

Entretanto, a escola passou a adotar uma perspectiva positivista, inserida em uma lógica mecanicista, na qual o texto literário é analisado de forma fragmentada, com o objetivo de levar o aluno a reconhecer estilos literários por meio de características gerais e trechos isolados, além de memorizar períodos, datas, listas de obras e autores. Assim, as aulas de literatura passaram a ser estruturadas prioritariamente em função dos conteúdos exigidos pelos vestibulares das universidades tradicionais.

A imposição da leitura de obras complexas, como *Os Lusíadas* e *Os Sertões*, sem um suporte literário, estético ou pedagógico adequado, leva os estudantes a deixar de desfrutar dessas produções e a perceber a disciplina como algo enfadonho e impositivo, dificultando que se reconheçam como leitores. No momento em que o aluno se apropria da competência da leitura, nos anos iniciais, o acesso ao mundo da leitura está aparentemente garantido, entretanto, como ressalta Graça Paulino (1999, p. 56), “Na maior parte das vezes, a leitura se dá como atividade de rotina, esvaziada de valores maiores que o da decodificação para a repetição dócil dos textos”. Dessa forma, quando acabam as obrigações escolares no Ensino Médio, o aluno não consegue fazer a transição do texto que circula nas salas de aula por meio dos livros didáticos, para a literatura que circula na sociedade. Segundo a autora, isso não aconteceria “se a criança desenvolvesse o gosto e as habilidades próprias da leitura literária” (Paulino, 1999, p. 56).

No bojo das possibilidades e experiências exitosas, Campos (2001) identifica três problemas centrais a serem resolvidos no ensino da literatura. Primeiro, o enfoque das obras seguindo uma organização cronológica linear a partir do paradigma: grandes autores-obras-estilos, que valoriza o cânone seguro das obras primas do século XIX; segundo a falta de

perspectiva estética do ensino, que esquece de formar o leitor como um sujeito capaz de atualizar o texto; E, por fim, o uso de uma metodologia que desconsidere a literatura como texto e seu ensino como espaço em que o aluno constrói seu conhecimento numa percepção estética.

Assim, urge a necessidade de incorporar uma perspectiva estética ao ensino da literatura para esse fim. O pesquisador Antonio Candido enxergava a literatura como uma força vital para o desenvolvimento humano. Não apenas como parte da educação formal, mas como um direito fundamental de cada pessoa. Em seu famoso ensaio “O direito à literatura”, ele declara que “impedir o acesso ao prazer literário é ferir aquilo que nos torna humanos”. Para Candido, a leitura literária é indispensável, pois contribui para a formação emocional, organiza o que sentimos e ajuda a lidar com a desordem interna.

Nesse cenário, uma teoria relativamente recente nos estudos literários passou a se consolidar como ferramenta relevante de investigação. A chamada “estética da recepção”, iniciada em 1967 na Universidade de Constança por Hans Robert Jauss, rompe com a tradição ao colocar o leitor no centro da análise, valorizando a interação entre autor, obra e leitor, em vez de restringir-se apenas à relação autor-texto.

Para Jauss (2003), a experiência literária está intrinsecamente ligada ao prazer, pois o verdadeiro significado de uma obra só se revela quando é vivenciado esteticamente pelo leitor. Segundo o autor, essa dimensão estética se fortalece por meio de três categorias fundamentais, simultâneas e complementares: *Poiésis*, *Aisthesis* e *Katharsis* – cuja realização depende diretamente da resposta do leitor.

A *Poiésis* refere-se ao prazer diante da obra, momento em que o leitor se coloca como coautor e, nessa condição, consegue atribuir-lhe novos significados já presentes no texto. A *Aisthesis* corresponde ao deleite estético da “percepção reconhedora”, isto é, da consciência receptiva que resulta do impacto da obra de arte e permite ao indivíduo renovar sua visão de mundo. Já a *Katharsis* concretiza a identificação que leva o público a adotar novas formas de comportamento social, sendo o prazer das emoções despertadas pelo discurso ou pela poesia, capaz de transformar convicções e liberar a psique do leitor. Com base nesses fundamentos teóricos, é possível elaborar estratégias aplicáveis tanto no ambiente escolar quanto em casa, de modo a estimular desde cedo nas crianças o gosto estético que a literatura pode proporcionar.

Por fim, conclui-se que o gosto pela leitura não é algo que possa ser simplesmente ensinado ou imposto pelos pais ou professores aos alunos, mas vivenciado pela criança e adolescente a partir das mais diferentes experiências, desde a escolha do livro, a leitura silenciosa, a discussão em uma roda de leitura, a crítica, a produção de conteúdo digital, o tempo

destinado à leitura, o lugar onde se quer ler, todos esses aspectos formam o leitor autônomo que se pretende ter ao fim do ensino médio.

#### 4 METODOLOGIA

Gil (2002) aponta que uma pesquisa se organiza a partir de duas vertentes – O Objetivo e os procedimentos técnicos. No que se refere aos objetivos, o presente estudo é de natureza exploratória, visto que busca proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Em relação aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa mista bibliográfica-documental.

A pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem como objetivos aprimorar e atualizar os conhecimentos a partir de uma investigação científica de estudos já publicados em livros ou periódicos científicos. De acordo com Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (Andrade, 2010, p. 25).

Logo, toda pesquisa científica se inicia por meio da pesquisa bibliográfica, na qual o pesquisador vai procurar obras relevantes já publicadas, relacionadas ao problema, com o objetivo de conhecer e analisar o tema, auxiliando ainda no intuito de identificar se já existem trabalhos realizados e colaborando com a escolha do problema de pesquisa e dos procedimentos mais adequados.

A pesquisa bibliográfica é fundamental para a construção da pesquisa científica, pois permite um conhecimento mais detalhado do fenômeno em estudo. Os instrumentos que são utilizados são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados.

Segundo Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é feita:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao

pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Assim, compreende-se que a pesquisa se baseia na análise do referencial teórico já publicado. Logo, a apropriação do conhecimento por meio da leitura e a sistematização do material a ser estudado é primordial nesse processo, pois é necessário ler, refletir e escrever sobre o tema estudados, com o objetivo de construir um arcabouço teórico e aprimorar os fundamentos da área de pesquisa. Contudo, é importante ressaltar, como Lakatos e Marconi (2003, p. 183): que “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

A respeito dos procedimentos de pesquisa, cabe destacar que além da pesquisa bibliográfica, com base no levantamento de obras e autores representativos acerca do ensino da Literatura na escola, constituindo um “Estado da Arte”, foi percebida a necessidade de ampliar os estudos acerca da temática, por meio de uma pesquisa documental, a partir dos documentos oficiais que regulamentam e orientam o currículo do Ensino Médio, analisando como o ensino da literatura é tratado nesses textos.

A pesquisa documental se utiliza de fontes primárias para a análise do problema, ou seja, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. Ela tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento à pesquisa bibliográfica. Os documentos analisados podem ser atuais ou antigos, e podem ser usados para contextualização histórica, cultural, social e econômica de um lugar ou grupo de pessoas, em determinado momento da história. Por essa razão, é um tipo de pesquisa bastante utilizado nas ciências sociais e humanas.

Conforme Gil (2002, p. 62-3), a pesquisa documental se mostra vantajosa por ser uma “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica e de acordo com o autor, o que as diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

Logo, conclui-se em consonância com Pádua (1997, p. 62) que a Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); ela tem sido largamente utilizada nas

ciências sociais, principalmente na investigação histórica, com a finalidade de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

Neste trabalho, foram usados documentos oficiais, publicados pelo Ministério da Educação e o Governo Federal, com o propósito de orientar e regulamentar o Ensino Médio, última etapa da escolarização básica e obrigatória, além de publicações acerca dos programas voltados à Leitura como o “Literatura em minha casa” e o PNBE. Os documentos situam-se num período que compreende desde a publicação dos PCNs em 1997 até a Base nacional comum curricular, em 2018, os quais, ao serem relacionados com a fundamentação teórica, proporcionou um panorama bastante amplo e rico do papel que a Literatura ocupa no currículo escolar do Ensino Médio.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho aqui desenvolvido buscou, a partir de uma pesquisa bibliográfica-documental, discutir como se dá o ensino da Literatura na escola, em especial, no ensino médio. Para isso, além de uma discussão teórica-conceitual, foram discutidos documentos oficiais que orientam e regulamentam a presença da Literatura no currículo escolar, ainda que esta não se constitua como um componente curricular independente.

Logo, foi possível identificar que o texto literário sempre se fez presente no ensino escolar, contudo, as formas de trabalhá-lo foi evoluindo ao longo do tempo, o que foi observado nos documentos oficiais, desde os PCNs até a BNCC. A relação entre literatura e escola sempre foi próxima, porém, foi só a partir dos anos 80 que ela veio a se tornar uma problemática de pesquisa nas áreas de Letras e Educação, quando, após a redemocratização no Brasil, percebeu-se a crise na Leitura, ou seja, a maior parte da população não era letrada e não tinha o hábito de ler por prazer.

Assim, foi necessário pensar em políticas públicas na educação para garantir aos alunos da educação básica acesso a obras literárias e uma metodologia de ensino adequada às competências literárias que se pretende proporcionar a esses estudantes, além de orientar os professores e suas respectivas redes de ensino sobre o papel que a literatura deve ter no currículo escolar.

Nesse contexto, surgem programas como o “Literatura em minha casa” o PNBE e o PNLD literário, como formas de garantia de acesso às obras e documentos orientadores como os PCNEM, os PCN+, as OCNs e por fim, a base nacional comum curricular (BNCC), que vem normatizar os fundamentos para os currículos de todas as redes e escolas, a serem construídos

a partir das habilidades e competências indicadas nela. A BNCC, apesar de não constituir a Literatura como um componente curricular específico, ratifica a importância do ensino da Literatura e da importância do contato com obras literárias desde a educação infantil.

Por fim, discutiu-se estratégias e possibilidades para que a leitura se torne um hábito prazeroso, presente no cotidiano dos adolescentes e jovens mesmo após o período de escolarização básica obrigatória. Para isso, a literatura na escola deve extrapolar a função utilitária nas aulas de língua portuguesa, sendo integrada nos demais componentes curriculares, como importante fonte histórica, social, artística e filosófica.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 2 out. 2021.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o ensino Médio**: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <https://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me001942.pdf> Acesso em: 24 out. 2025.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Trad.: Jaime Ginsburg. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CANDIDO, Antônio. **O direito à literatura**. In: CANDIDO, Antônio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades; Ouro sobre Azul, 1988. p. 169–191.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros**: a leitura literária na escola. São Paulo: Global, 2007.

BOSI, A. A vanguarda enraizada: o marxismo vivo de Mariátegui. **Estudos Avançados**, 4(8), 50-61. disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8543/10094>. Acesso em: 24 out. 2025.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

JAUSS, H. R. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

MORTATTI, M. R. L. **Na história do ensino da literatura no Brasil: problemas e possibilidades para o século XXI** in: *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 52, p. 23-43, abr./jun. 2014. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Sfw6w7jqDz4nrJpVxLPCFrn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2025.

PÁDUA, E. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórica e prática**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1997.

PAULINO, G. **Das leituras ao letramento literário: 1979–1999**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, M.; **Reflexões sobre a leitura literária e o prazer de ler na escola**. In: *Semana Internacional de Pedagogia e VII EPEAL*, 2014, Maceió. Anais do VII EPEAL, 2014.

ZANON, A. T. P.; LUQUETTI, E. C. F. O direito à Literatura: dos documentos oficiais às práticas educativas in: **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v.21, n.1, p. 295-314, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/151.50>. Acesso em: 24 out. 2025.